

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco.

Atualmente possui 3.436 grupos de consórcios em andamento, com 1.528.066 cotas ativas e 2.211.946 bens entregues.

No exercício de 2020, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 1.373 milhões, correspondente a R\$ 317,51 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 9.342 milhões, Ativos Totais de R\$ 10.748 milhões e Receita Bruta de Serviços de R\$ 2.195 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos sócios-cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
Instrumentos Financeiros		10.533.334	8.985.195	Provisões		38.244	48.093
- Títulos e Valores Mobiliários	6	10.476.169	8.921.454	- Outras Provisões	11	38.244	48.093
- Outros Instrumentos Financeiros	7	57.165	63.741	Outros Passivos	13	1.088.658	1.088.658
Créditos Tributários	25	58.132	39.302	Total do Passivo		1.406.720	1.136.751
Imobilizado de Uso	8	3.983	3.982	Patrimônio Líquido			
Intangível	9	117.597	95.935	- Capital Social		4.325.427	3.600.000
Depreciações e Amortizações		(70.417)	(65.718)	- Reservas de Lucros	14a	4.325.427	3.600.000
- Imobilizado de Uso	8	(2.556)	(2.341)	- Outros Resultados Abrangentes	14c	5.024.571	4.389.689
- Intangível	9	(67.861)	(63.377)	(8.380)			
Outros Ativos	10	105.720	67.755	Total do Patrimônio Líquido		9.341.618	7.989.689
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		(11)	(11)				
Total do Ativo		10.748.338	9.126.440	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.748.338	9.126.440

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2º Semestre 2020	2019
Resultado da Intermediação Financeira		94.954	245.907
Resultado de Operações em Títulos e Valores Mobiliários	6c	94.954	245.907
Resultado da Intermediação Financeira		94.954	245.907
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		94.954	245.907
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		941.316	1.816.032
Receitas de Prestação de Serviços	15	1.135.426	2.194.937
Despesas de Pessoal	16	(17.444)	(41.596)
Outras Despesas Administrativas	17	(39.265)	(62.513)
Despesas Tributárias	18	(157.952)	(307.409)
Outras Receitas Operacionais	19	47.557	84.950
Outras Despesas Operacionais	20	(27.361)	(53.868)
(Despesas)/Reversões de Provisões		355	1.531
- Trabalhistas	12	(72)	(85)
- Cíveis	12	427	1.616
Resultado Operacional		1.036.270	2.061.939
Resultado Não Operacional	21	(96)	(98)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		1.036.174	2.061.841
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(339.462)	(688.485)
Lucro Líquido		696.712	1.373.356
Lucro por lote de mil cotas em R\$		161,17	317,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
		2º Semestre 2020	2019
Lucro Líquido do Período		696.712	1.373.356
Outros Resultados Abrangentes		7.248	(8.380)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		7.248	(8.380)
Resultado Abrangente do Período		703.960	1.364.976

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2020	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.036.174	2.061.841
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		4.625	3.163
Depreciações e Amortizações		4.383	8.462
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais		242	876
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos		1.040.799	2.071.179
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários		(882.062)	3.541.367
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros		(2.566)	6.576
(Aumento)/Redução em Outros Ativos		4.888	(36.818)
(Aumento)/Redução em Provisões		(1.813)	(10.725)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos		108.995	(159.541)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(178.263)	(263.140)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		89.978	5.148.898
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(61.327)	(5.108.780)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(82)	(1.194)	(824)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	1
Aquisição de Intangível	(15.023)	(25.378)	(21.081)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos		(76.432)	(5.135.352)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos pagos	(13.546)	(13.546)	(315.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento		(13.546)	(315.000)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período		-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período		-	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2020	2019	
Ativo			
Aplicações Financeiras - Grupos em Andamento e Formação (Nota 22)	8.427.984	7.902.133	
Aplicações Financeiras	1.358.984	1.650.833	
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	7.069.000	6.251.300	
Outros Créditos	9.747.353	9.413.868	
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	9.722.873	9.384.737	
- Normais	9.463.522	9.158.313	
- Em Atraso	55.375	59.511	
- Em Cobrança Judicial	203.976	166.913	
Bens Retomados	24.480	29.131	
Compensação			
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	639.242	670.865	
Contribuições Devidas ao Grupo	35.489.135	35.317.947	
Valor dos Bens a Contemplar	31.182.122	31.268.865	
Total do Ativo e Compensações	85.485.836	84.573.678	
Passivo			
Obrigações com Consorciados	6.169.618	6.108.270	
Valores a Repassar	144.254	132.596	
Obrigações por Contemplações a Entregar	7.069.000	6.251.300	
Recursos a Devolver a Consorciados	3.576.778	3.453.830	
Recursos dos Grupos	1.214.968	1.369.933	
Obrigações com a Administradora	719	73	
Compensação			
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	639.242	670.864	
Obrigações do Grupo por Contribuições	35.489.135	35.317.947	
Obrigações por Futuras Contemplações	31.182.122	31.268.865	
Total do Passivo e Compensação	85.485.836	84.573.678	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA ACUMULADA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2020	2020	2019
Disponibilidades no Início do Período	8.276.631	7.902.133	7.753.607
Aplicações Financeiras	1.511.420	1.650.833	1.405.762
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	6.765.211	6.251.300	6.347.845
(+) Recursos Colatados	7.035.217	13.357.655	13.636.517
Contribuições para Aquisição de Bens	5.693.675	10.762.030	10.838.988
Taxa de Administração	951.499	1.825.093	1.798.092
Contribuições ao Fundo de Reserva	172.550	323.309	322.035
Rendimentos de Aplicações Financeiras	(14.337)	(4.596)	170.389
Multas e Juros Moratórios	19.001	37.336	43.390
Prêmios de Seguro	99.154	196.026	225.424
Custas Judiciais	-	-	44
Reembolso de Despesas com Registro de Contratos	10.257	10.257	-
Outros	103.418	208.200	238.155
(-) Recursos Utilizados	(6.883.864)	(12.831.804)	(13.487.991)
Aquisição de Bens	(4.915.321)	(9.104.058)	(10.168.698)
Taxa de Administração	(978.882)	(1.884.049)	(1.874.141)
Multas e Juros Moratórios	(7.233)	(16.160)	(20.633)
Prêmios de Seguro	(98.618)	(197.639)	(228.823)
Custas Judiciais	-	-	(44)
Devolução a Consorciados Desligados	(430.843)	(896.723)	(702.160)
Despesas com Registros de Contratos	(10.257)	(10.257)	-
Outros	(442.710)	(722.918)	(493.492)
Disponibilidades no Final do Período	8.427.984	8.427.984	7.902.133
Aplicações Financeiras	1.358.984	1.358.984	1.650.833
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	7.069.000	7.069.000	6.251.300

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição) é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinam à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Instituição, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) PRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e, estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e, normas específicas para empresas administradoras de consórcios, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente as alterações previstas na Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demonstrações contábeis estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios incluem todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários. Vale destacar que no exercício de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Auração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método proporcional, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pbs-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros,

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legais	Reservas de Lucros Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.995.574	281.398	3.300.318	-	-	6.577.290
Aumento de Capital	604.426	(140.000)	(464.426)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.425.945	1.425.945
Destinações: - Reservas	-	71.297	1.341.102	-	(1.412.399)	-
- Dividendos a pagar	-	-	-	-	(13.546)	(13.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.600.000	212.695	4.176.994	-	-	7.989.689
Aumento de Capital	725.427	-	(725.427)	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(8.380)	-	(8.380)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.373.356	1.373.356
Destinações: - Reservas	-	68.668	1.291.641	-	(1.360.309)	-
- Dividendos a Pagar	-	-	-	-	(13.047)	(13.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.325.427	281.363	4.743.208	(8.380)	-	9.341.618
Saldos em 30 de junho de 2020	4.325.427	246.527	4.087.951	(15.628)	-	8.644.277
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	7.248	-	7.248
Lucro Líquido	-	-	-	-	696.712	696.712
Destinações: - Reservas	-	34.836	655.257	-	(690.093)	-
- Dividendos a pagar	-	-	-	-	(6.619)	(6.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.325.427	281.363	4.743.208	(8.380)	-	9.341.618

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1).....	34.082	45.450
Devedores por depósitos em garantia.....	23.063	18.258
Outros.....	20	33
Total	57.165	63.741

(1) Referem-se basicamente a custas pagas aos escritórios de cobrança.

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa	Custo	Custo líquido de depreciação		R\$ mil
			Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	2.005	(999)	1.006	1.146
Sistema de segurança.....	10%	18	(17)	1	1
Sistema de processamento de dados.....	20%	1.960	(1.540)	420	494
Total em 31 de dezembro de 2020		3.983	(2.556)	1.427	
Total em 31 de dezembro de 2019		3.983	(2.342)	1.641	

9) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por software.

	Taxa	Custo	Custo líquido de amortização		R\$ mil
			Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Software.....	20%	117.597	(67.861)	49.736	32.558
Total em 31 de dezembro de 2020		117.597	(67.861)	49.736	
Total em 31 de dezembro de 2019		95.935	(63.377)	32.558	

10) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Valores pendentes - Cobrança Judicial.....	98.486	64.040
Impostos e contribuições a compensar.....	31	31
Bens retomados após encerramento do grupo.....	6.925	3.459
Outros.....	278	225
Total	105.720	67.755

11) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Provisão para contingências.....	14.150	14.663
Provisões despesas administrativas.....	13.390	22.511
Provisões despesas de pessoal.....	7.867	8.942
Provisão para pagamento a efetuar.....	1.156	1.154
Outras.....	1.681	823
Total	38.244	48.093

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidas contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio medido das apuradas nos reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medidas apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de consórcio e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as horas oriundas de ex-funcionários da Bradesco Consórcios não tem valor econômico individualmente reconhecido.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais. Não existem em curso processos representativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões de contingências passivas avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou do encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - despesas de provisões

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldado em 31 de dezembro de 2019	1.924	12.694	45	14.663
Atualização monetária.....	185	2.221	1	2.511
Constituições líquidas de (reversões e baixas).....	85	(1.616)	-	7.867
Pagamentos.....	(266)	(1.123)	-	1.156
Saldado em 31 de dezembro de 2020	1.928	12.176	46	38.244

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 33.555 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 26.424 mil) para os processos cíveis e R\$ 3.249 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 68 mil) para os processos fiscais.

13) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados.....	726.279	533.800
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	351.281	351.371
Impostos e contribuições a recolher.....	164.309	116.561
Recursos pendentes cobrança judicial.....	105.410	67.499
Sociais e estatutárias.....	13.547	13.546
Recursos pendentes de identificação.....	5.212	5.132
Outros.....	2.938	749
Total	1.368.476	1.088.658

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 4.325.427 mil (2019 - R\$ 3.600.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 4.325.427.000 (2019 - 3.600.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	R\$ mil	
	Quantidade de cotas	Valor
Em 31 de dezembro de 2019	3.600.000.000	3.600.000
Aumento de capital social (1).....	725.427.000	725.427
Em 31 de dezembro de 2020	4.325.427.000	4.325.427

(1) Em 20 de abril de 2020 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Instituição, delibera o aumento do capital social em R\$ 725.427 mil, elevando-o de R\$ 3.600.000 mil para R\$ 4.325.427 mil, mediante capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros Estatutária" de R\$ 725.427 mil, com a criação de 725.427.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Processo homologado pelo BACEN em 30 de junho de 2020.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros.....	5.024.571	4.389.689
- Reserva legal (1).....	281.363	212.695
- Reserva estatutária (2).....	4.743.208	4.176.994

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos extraordinários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios:

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Lucro líquido.....	1.373.356	1.425.945
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(68.668)	(71.297)
Base de cálculo	1.304.688	1.354.648
Dividendos propostos.....	13.047	13.546
Total em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%

e) Lucro por cotas

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de Cotas.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2020	2019
Taxa de administração de grupos de consórcios.....	991.889	1.921.206	1.921.082
Outras receitas de serviços.....	143.537	273.731	196.312
Total	1.135.426	2.194.937	2.117.394

16) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2020	2019
Proventos.....	8.800	22.356	19.805
Benefícios.....	5.139	10.502	14.304
Encargos sociais.....	2.868	6.578	6.167
Participação dos empregados nos lucros.....	546	1.882	2.978
Outras.....	91	278	3.754
Total	17.444	41.596	47.008

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2020	2019
Serviços técnicos especializados.....	7.760	14.653	17.699
Comunicações.....	2.927	8.546	12.472
Depreciações e amortizações.....	4.383	8.462	10.639
Processamentos de dados.....	2.846	6.183	5.567
Propaganda, promoções e publicidade.....	522	1.424	10.038
Patrocínio caráter cultural.....	13.377	13.377	12.844
Contribuições filantrópicas.....	6.393	6.393	9.332
Viagens.....	7	622	2.083
Transportes.....	70	613	1.325
Aluguéis.....	251	493	471
Material.....	75	86	389
Manutenção e conservação de bens.....	173	340	381
Outras.....	481	1.321	2.475
Total	39.265	62.513	85.715

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2020	2019
Contribuição à Cofins.....	93.408	182.496	184.901
Impostos sobre serviços - ISS.....	44.473	85.830	85.953
Contribuição ao PIS.....	20.068	39.080	39.162
Outras.....	3	3	3
Total	157.952	307.409	310.019

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2020	2019
Recuperação de despesas - taxas (1).....	45.616	80.504	85.943
Reversão de outras provisões.....	1.359	1.616	5.395
Outras.....	582	2.830	5.390
Total	47.557	84.950	96.728

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferência de bens, vistorias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2020	2019
Custas de transferências e alienação de bens - Detran.....	9.598	18.631	25.669
Outras.....	5.895	13.210	10.114
Gravames.....	2.761	5.076	6.532
Indenizações.....	-	1.882	6.633
Atualização monetária passiva.....	597	2.406	3.069
Vistoria.....	1.267	2.491	3.227
Taxa de avaliação.....	1.006	2.194	3.159
Comissões sobre vendas.....	4.011	1.350	4.518
Ações de reconhecimento.....	37	99	7.137
Outras.....	5.799	6.529	4.791
Total	27.361	53.868	74.849

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2020	2019
Descontos obtidos.....	(114)	(28)	276
Outras.....	18	(126)	(2)
Total	(96)	(98)	140

22) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 8.427.985 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 7.902.133 mil), estão compostas basicamente por cotas de fundos referenciadas DI. A taxa de gestão paga pelos grupos ao gestor de carteiras de fundos de investimento (BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) no exercício de 2020 foi de R\$ 190.158 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 212.882 mil).

23) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Quantidade de bens entregues totais.....	2.211.946	1.937.381	1.937.381	1.937.381
Quantidade de consorciados ativos totais.....	1.529.142	1.616.675	1.616.675	1.616.675
Quantidade de bens pendentes de entrega.....	1.457.884	1.347.640	1.347.640	1.347.640
Quantidade de bens pendentes de entrega.....	144.368	119.223	119.223	119.223
Quantidade de grupos administrados.....	3.436	3.537	3.537	3.537
Taxa de inadimplência.....	3,38%	3,79%	3,79%	3,79%

Quantidade de consorciados ativos no período..... 217.741 189.539

Quantidade de bens entregues no período..... 199.544 230.237

Quantidade de desistentes e cancelados no período..... 208.867

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, com a prática de juro zero, além da expansão fiscal.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Nesse contexto, além das diversas medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros, em agosto/20, para 2,0% a.a., o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus.

Nossas atividades estão em plena capacidade operacional e, desde o início da pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Instauramos um comitê de crise formado pelo Diretor-Presidente, todos os Vice-Presidentes e pelo CRO (*Chief Risk Officer*), que reúne-se diariamente e reporta, periodicamente, ao Conselho de Administração, as avaliações sobre a evolução do Covid-19 e seus reflexos nas operações. Além disso, temos uma Comissão de Riscos, que tem papel importante na verificação de vários pontos e alcances dessas ações na Organização. Acionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), e desde a segunda quinzena de março de 2020, intensificamos as ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos envolvidos.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos e, além disso, monitorar de forma ativa os cenários econômicos (nacional e internacional), bem como a evolução da pandemia do Covid-19, sem medir esforços para manter a plenitude de nossas operações, atendimento à população e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

As mensurações dos impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia continuarão sendo apuradas, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia, uma vez que, sua duração ou agravamento ainda não podem ser previstos, o que pode continuar impactando adversamente a economia global e local por tempo indeterminado, o que afeta negativamente o resultado das instituições financeiras e consequentemente o desempenho de nossas operações.

f) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA

Diretor Geral	Diretores Vice-Presidentes	Diretores Gerentes	Diretores
Eurico Ramos Fabri	Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli	Moacir Nachbar Junior José Ramos Rocha Neto João Carlos Gomes da Silva	Antonio José da Barbara José Gomes Fernandes Nairo José Martinelli Vidal Júnior Renata Geiser Mantarro

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (“Bradesco Consórcios” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2020 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos para o semestre e exercício findos naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2020 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4